

Anexo às demonstrações financeiras individuais
para o exercício de 31 de dezembro de 2020

1. Identificação da Identidade

Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, pessoa coletiva número 504229265, segurança social número 20003962598 é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, tem sede na quinta da trindade, lote 58, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo conselho fiscal e pela Assembleia Geral na reunião de trinta de abril 2021.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

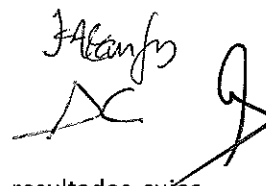
2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



2.3) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. Políticas de mensuração e reconhecimento

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	20
EQUIPAMENTO BÁSICO	5 A 10
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	4 A 6
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 A 10
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5 A 10



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de Impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

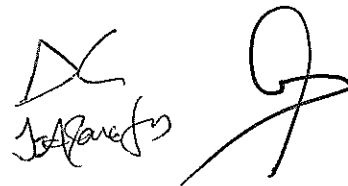
O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.4. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

3.2.5. Provisões

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. Impostos sobre Rendimento

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros.

3.2.7. Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”

3.2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis.

3.3. Principais estimativas e suas fontes de incerteza

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação).

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa da instituição em 31 dezembro 2020 e 2019 apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Numerário	121,54	828,04
Depósitos bancários	79 883,62	113 535,20
	<u>80 005,16</u>	<u>114 363,24</u>

5. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de ativos fixos tangíveis da instituição em 31 dezembro 2020 e 2019 apresenta os seguintes movimentos

	2020						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	
Ativos							
Saldo inicial	82 687,50	258 765,50	72 355,90	79 783,42	14 633,24	6 662,85	514 888,41
Aquisições	-	-	-	-	1 721,95	-	1 721,95
Saldo final	<u>82 687,50</u>	<u>258 765,50</u>	<u>72 355,90</u>	<u>79 783,42</u>	<u>16 355,19</u>	<u>6 662,85</u>	<u>516 610,36</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	7 309,62	72 355,90	25 725,44	13 619,22	4 541,75	123 551,93
Amortizações do exercício	-	91,92	-	7 925,84	604,15	352,90	8 974,81
Saldo final		<u>7 401,54</u>	<u>72 355,90</u>	<u>33 651,28</u>	<u>14 223,37</u>	<u>4 894,65</u>	<u>132 526,74</u>
Total	<u>82 687,50</u>	<u>251 363,96</u>	<u>-</u>	<u>46 132,14</u>	<u>2 131,82</u>	<u>1 768,20</u>	<u>384 083,62</u>

Associação Flor Tâmega Apoio Deficientes
IPSS – Registo nº 38/2006 de 29 março

2019

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Invest. Curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	82 687,50	258 765,50	72 355,90	32 285,11	14 633,24	6 662,85	-	467 390,10
Aquisições	-	-	-	61 498,31	-	-	88 806,82	150 305,13
Alienações	-	-	-	-14 000,00	-	-	-	-14 000,00
Saldo final	82 687,50	258 765,50	72 355,90	79 783,42	14 633,24	6 662,85	88 806,82	603 695,23
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	7 026,20	72 355,90	17 808,00	13 365,71	4 105,69	-	114 661,50
Depreciações	-	91,92	-	7 917,44	253,51	352,90	-	8 615,77
Outras Reg.	-	191,50	-	-	-	83,16	-	191,50
Saldo final	-	7 309,62	72 355,90	25 725,44	13 619,22	4 541,75	-	123 551,93
Total	82 687,50	251 455,88	-	54 057,98	1 014,02	2 121,10	88 806,82	480 143,30

A instituição em 31 dezembro 2020 tinha 434.331,97 euros em investimentos em curso, em 31 de dezembro 2019 tinha 88.806,82 euros.

A instituição em 31 dezembro 2020 tinha 6.329,48 euros na rubrica de investimentos financeiros (Fundos de compensação)

6. Ativos financeiros

A rubrica de ativos financeiros da instituição em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

ACTIVOS FINANCIEROS	31/12/2020		31/12/2019	
	Montante bruto	Montante líquido	Montante bruto	Montante líquido
Disponibilidades:				
Caixa	121,54	121,54	828,04	828,04
Depositos à Ordem	79 883,62	79 883,62	98 535,20	98 535,20
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	15 000,00	15 000,00
	80 005,16	80 005,16	114 363,24	114 363,24
Outras contas a receber	154 293,80	154 293,80	472 184,79	472 184,79
	234 298,96	234 298,96	586 548,03	586 548,03
	234 298,96	234 298,96	586 548,03	586 548,03

A rubrica outras contas a receber é detalhada conforme se segue;

Projeto Feder.....145.954,62 euros

Devedores por acréscimo de rendimentos (Adaptar Social)4.744,30 euros



Adiantamento a fornecedores.....3.594,88€

7. Diferimentos ativos

A rubrica de diferimentos ativos da instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Diferimentos	<u>2 228,56</u>	<u>2 661,31</u>
	<u>2 228,56</u>	<u>2 661,31</u>

8. Fundos Patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais da instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundos Patrimoniais		
Reservas	25 167,38	25 167,38
Resultados Transitados	131 878,25	151 073,84
Doações	346 750,00	346 750,00
Outras Variações	530 056,73	536 325,31
Total	<u>1 033 852,36</u>	<u>1 059 316,53</u>
Resultado líquido período	<u>-19 267,89</u>	<u>5 806,32</u>
Total do fundo capital	<u>1 014 584,47</u>	<u>1 065 122,85</u>

9. Passivos financeiros

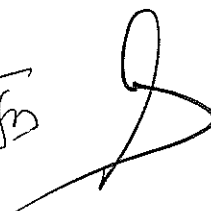
A rubrica de passivos financeiros da instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos Financeiros		
Estado e outros entes públicos	10 529,27	12 831,90
Fornecedores	0,00	231,52
Outras Contas a pagar	18 021,04	2 776,63
	<u>28 550,31</u>	<u>15 840,05</u>

10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica do estado e outros entes públicos da instituição em 31 dezembro 2020 e 2019 apresenta a seguinte composição:

DC
J. Augusto



	31/12/2020		31/12/2019	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1 665,66	-	1 943,99
Contribuições para a Segurança Social	-	5 159,58	-	5 171,58
Tributos das autarquias locais	-	3 704,03	-	5 716,33
Imposto sobre o valor acrescentado	13 075,64	-	6 386,71	-
Retenção Juros Credores	0,00	-	1,91	-
	<u>13 075,64</u>	<u>10 529,27</u>	<u>6 388,62</u>	<u>12 831,90</u>

11. Redito

A rubrica de réditto reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Redito		
Prestação de serviços	12 560,00	21 484,00
Juros, dividendos e outros rend.	0,00	7,63
	<u>12 560,00</u>	<u>21 491,63</u>


12. Subsídios recebidos

A rubrica de subsídios reconhecidos pela instituição em 31 dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Subsídios		
Instituto S. Social I.P	336 573,70	328 494,38
Instituto Emprego F. P	0,00	1 080,83
	<u>336 573,70</u>	<u>329 575,21</u>

13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “fornecimentos e serviços externos” reconhecidos pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

DC
J. A. B. B.


	2020	2019
Fornecimentos Serviços Externos		
Serviços Especializados	27 406,78	28 869,87
Materiais	2 308,44	3 355,80
Energia e Fluidos	11 042,15	14 127,43
Deslocações, estadas e transportes	33,86	590,00
Serviços diversos	23 573,86	17 540,20
Outros	8 890,36	15 154,39
	<u>73 255,45</u>	<u>79 637,69</u>

14. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” a presentada pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	231 775,70	227 708,97
Encargos sobre remunerações	48 130,98	46 906,44
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 358,09	1 827,15
Gastos de ação social	579,15	726,80
	<u>282 843,92</u>	<u>277 169,36</u>

15. Depreciações

A rubrica “gastos / reversões de depreciação” nos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

Ativos fixos tangíveis:

	2020	2019
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		
Ativos fixos tangíveis	8 974,81	8 615,77
	<u>8 974,81</u>	<u>8 615,77</u>

16. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica decomposição da rubrica de “outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros rendimentos e ganhos		
Correção relativa períodos anteriores	51,64	0,00
Imputação subsídios para investimentos (Feder)	6 268,58	6 482,78
Excesso da estimativa para imposto	0,00	34,22
Donativos	7 803,56	14 348,93
Quotizações	99,00	146,00
	<u>14 222,78</u>	<u>21 011,93</u>

17. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros gastos e perdas		
Impostos	101,00	393,14
Correcções períodos anteriores	17 245,22	274,66
Quotizações	105,00	105,00
	<u>17 451,22</u>	<u>772,80</u>

18. Juros e rendimentos similares obtidos

A decomposição da rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Juros Obtidos		
De depósitos	0,00	7,63
	<u>0,00</u>	<u>7,63</u>

19. Gastos financiamento

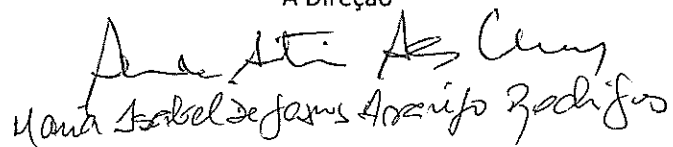
A decomposição da rubrica “Gastos de Financiamento” nos exercícios em 31 dezembro 2020 e 2019 é conforme se segue;

	31/12/2020	31/12/2019
Gastos Financiamento		
Juros suportados	98,97	76,83
	<u>98,97</u>	<u>76,83</u>

O Contabilista Certificado



A Direção



Manuela Isabel de Jesus Araújo Rodrigues